POLÊMICA | Educadores ficam divididos quanto à criação da nova Secretaria

MEC regula cursos superiores

Luiz Fernando Massoneto, da USP, comanda a Secretaria de Regulação de Cursos

THIAGO LOPES
thiago.souza@folhadirigida.com.br

HENRIQUE HUBER

Antonio Luiz Mendes, da Universidade Candido Mendes

ARQUIVO

João Roberto Moreira Alves, presidente do Ipae

No último dia 18, o Ministério da Educação (MEC) anunciou a criação de uma nova secretaria destinada a cuidar especificamente da questão da regulação dos cursos superiores. Luiz Fernando Massoneto, professor da Universidade de São Paulo (USP), comandará a nova pasta. A mudança faz parte de um processo de reestruturação do MEC, que ainda não divulgou maiores detalhes sobre como a Secretaria de Regulação de Cursos Superiores irá atuar.

A proposta do MEC encontra defensores e críticos no meio educacional. O vice-reitor da Universidade Candido Mendes (Ucam), Antônio Luiz Mendes, criticou a decisão do MEC. Para ele, a criação da nova secretaria vai tirar a liberdade das instituições de ensino superior, principalmente das privadas. "O que a educação menos precisa é de regulação. Hoje em dia, há um excesso de regras, ainda mais nas universidades e faculdades privadas, enquanto as públicas fazem o que querem. Chega de regrinhas, precisamos deixar a criatividade florescer. O caso é de fiscalização, não regulação", defendeu, reclamando daquilo que, para ele, é uma maneira de centralizar as decisões nas mãos do MEC. "Não adianta criar siglas, conselhos ou secretarias. Na verdade, existe uma necessidade de serem colocadas pessoas competentes para trabalhar e produzir algo de bom", atacou.

Entretanto, diversos profissionais que atuam na área do ensino superior consideraram a Secretaria de Regulação dos Cursos Superiores uma iniciativa válida. O presidente do Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação (Ipae), João Roberto Alves, está otimista em relação ao novo orgão. Ele defendeu sua criação e lembrou que a nova secretaria pode facilitar a normatização, evitando o excesso de portarias editadas pelo MEC. Só em 2010, por exemplo, foram mais de 7 mil, um número recorde, se comparado com anos anteriores. "A medida vislumbra melhoras. Colocar um orgão para cuidar apenas da parte de regulação, dos processos necessários para o funcionamento dos cursos, é um avanço, porque todas as regras serão encontradas no mesmo local, ao contrário da diluição em um conjunto de departamentos de controle, como ocorre atualmente. Ainda precisamos aguardar; mas, em um primeiro momento, encaro a medida de forma positiva", avaliou.

Segundo Magno Maranhão, presidente da Associação do Ensino Superior do Rio de Janeiro, a nova secretaria pode minimizar as falhas dos sistemas de avaliação atuais, causados, de acordo com ele, pela sobrecarga sofrida pelo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que vem fugindo de suas características originais de fazer pesquisas e fornecer dados para a elaboração de políticas públicas voltadas para a educação. "A Secretaria de Regulação deve funcionar no sentido de avaliar e traçar caminhos adequados para a evolução do ensino nos cursos superiores no país, sem caráter punitivo. Com isso, acabaríamos com essa mania de classificar tudo por rankings. Porém, precisa ser um orgão autônomo, que siga os Conselhos Nacional e Estaduais", comentou.

Fátima Cunha, ex-secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro, encara a medida com bons olhos. Para ela, assim como qualquer outro setor da sociedade, o ensino superior também necessita de um orgão de regulação. "Regular significa orientar como devem funcionar dentro dos princípios. Nossos jovens se formam em muita vezes o diploma não vale de nada, porque o aprendizado é de péssima qualidade. Além disso, é uma maneira de avaliar o funcionamento do ensino superior sem a necessidade dos rankings que prejudicam alunos e faculdades", analisou.

Para Celso Niskier, reitor da UniCarioca, a criação da secretaria é positiva sob o ponto de vista do funcionamento interno do MEC. Porém, ele considera que a melhor opção seria criar de uma agencia reguladora da educação superior com autonomia do MEC, instituída por lei e acompanhada por toda a sociedade. "A educação é uma tarefa tão importante que deveria ser enfrentada com políticas de Estado e não de governos. O controle da qualidade é tarefa de todos. Uma agência reguladora, com a participação tanto do Governo quanto da sociedade, é a forma mais transparente e eficaz de exercer esse controle", analisou.

Além da Secretaria de Regulação de Cursos Superiores, também está prevista uma Secretaria Especial para cuidar da relação institucional do MEC com as redes estaduais e municipais de ensino.

AVALIAÇÃO | Educador discorda do MEC

Para Anaceu, índices distorcem a realidade

JOYCE TRINDADE
joyce.trindade@folhadirigida.com.br

Paulo Gomes Cardim, da Anaceu

"A composição do IGC é uma sopa de siglas e de indicadores ambíguos, que pune ou premia as instituições sem qualquer critério associado à qualidade dos serviços educacionais prestados". A afirmação é do presidente da Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu), Paulo A. Gomes Cardim.

Em entrevista à FOLHA DIRIGIDA, o professor — que também é vice-presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) e reitor do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo — critica os resultados do Índice Geral de Cursos (IGC), divulgados neste mês pelo MEC, e também defende avaliações diferenciadas.

FOLHA DIRIGIDA - COMO A ANACEU AVALIA OS ÍNDICES DIVULGADOS PELO MEC. ELE REFLETEM A REALIDADE DO ENSINO SUPERIOR DE FORMA JUSTA?
Paulo Cardim - Não. O IDD (Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado), o CPC (Conceito Preliminar de Curso) e o IGC (Índice Geral de Cursos) são indicadores, indicativos de aspectos positivos ou negativos de uma instituição de educação superior ou curso. Não são conceitos. Não avaliam a qualidade institucional e nem de curso. Não integram o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). São indicadores marginais a esse processo avaliativo sério, instituído pela Lei nº 10.861, de 2004. Podem, no máximo, fornecer pistas para os órgãos de regulação e supervisão do Ministério da Educação. Esses indicadores não refletem e nem revelam a real qualidade institucional ou dos cursos superiores de graduação ofertados pelas instituições que integram o sistema federal de ensino, gerenciado pelo MEC. Misturam resultados com processos.

ALGUNS EDUCADORES DEFENDEM QUE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PARTICULARES, POR TEREM REALIDADES TOTALMENTE DIFERENTES, SEJAM AVALIADAS TAMBÉM DE FORMA DIFERENTE. O SENHOR CONCORDA COM ISSO?
Concordo. As instituições públicas de ensino superior não têm compromisso com resultados, porque, lamentavelmente, a sociedade brasileira não tem a cultura de fazer cobrança da qualidade do ensino por elas ministrado. Já as particulares sim. As instituições públicas são mantidas pelos impostos da população brasileira economicamente ativa, portanto, não há ensino superior gratuito, todos nós pagamos. As instituições particulares são financiadas por seus alunos ou clientes, dependendo de sua organização administrativa e de sua natureza jurídica. As públicas atendem, por incrível contradição, aos alunos economicamente mais bem aquinhoados na sociedade brasileira, com as raras e honrosas exceções. As privadas abrigam uma pequena parcela de estudantes economicamente fortes, mas a grande maioria é de alunos oriundos das classes menos favorecidas economicamente e que frequentaram, por não poderem estudar numa escola particular, as escolas públicas de educação básica que, também, não têm compromisso com a qualidade e resultados. Os perfis institucionais são diferenciados, assim como os alunos. As unidades particulares, prioritariamente, atendem ao aluno trabalhador, em cursos noturnos. As unidades públicas aos estudantes que não trabalham, que podem estudar durante o dia. Os professores das instituições públicas, quase todas universidades, envolvidas em funções de pesquisa e programas de mestrado e doutorado, devem ser na sua quase totalidade titulados em doutorados, tendo em vista as tarefas a serem desenvolvidas nesse tipo de instituição - a universidade de pesquisa. As instituições privadas, ambiente com quase duas mil faculdades e 120 centros universitários, segundo os dados mais recentes (Censo da Educação Superior-Inep/2009), estão envolvidas com o ensino, com preponderância para a oferta desses estudos no período noturno. Não é racional, não é de bom senso, medir-se situações tão díspares com os mesmos parâmetros, indicadores. Mas o MEC não entende assim porque há oito anos a Conaes (Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior), como já disse anteriormente — órgão que estabelece as diretrizes do Sinaes — é integrada na sua maioria por dirigentes oriundos da universidade pública e com viés ideológico ultrapassado, "com validade vencida".

CENTROS UNIVERSITÁRIOS E UNIVERSIDADES PARTICULARES DEVERIAM TER CRITÉRIOS DIFERENCIADOS?
Também entre os diversos tipos de instituições privadas, como as universidades, os centros universitários e as faculdades, os critérios de avaliação têm que ser diferenciados. A universidade, por obrigação constitucional (art. 207 da Constituição de 88), tem compromisso com a pesquisa, o ensino e a extensão, "indissociáveis". A pesquisa, como já disse, exige a participação de doutores. O centro universitário surge após a Reforma Darcy Ribeiro, de 1996, com a Lei nº 9.394/96, a LDB, tendo compromissos institucionais com o ensino superior de qualidade, que exige, no máximo, a participação de professores com mestrado, mas, majoritariamente, especialistas, formados em nível de pós-graduação e atuantes no mercado de trabalho, destino dos egressos dos cursos ofertados. Mas, ainda nesse caso, o MEC tem uma visão equivocada.

QUAIS CRITÉRIOS SÃO MAIS DIFÍCEIS DE SEREM CUMPRIDOS PELOS CENTROS UNIVERSITÁRIOS?
Os centros universitários, assim como as faculdades, têm dificuldades na captação e permanência de professores com formação em doutorado. Esses, até por vocação, preferem atuar nas universidades, onde o ambiente acadêmico é propício ao desenvolvimento de sua formação para a pesquisa. É um tema polêmico, mas não há nenhuma pesquisa acadêmico-científica demonstrando que o aprendizado com o professor-doutor é mais eficiente e eficaz do que o gerenciado por professor-especialista ou mestre.

UM DOS ÍNDICES AVALIADOS PELO MEC, QUE FORMA O ÍNDICE GERAL DE CURSOS (IGC) É O IDD, QUE MEDE QUANTO A MELHORA DO ALUNO DESDE QUE ENTRA ATÉ QUANDO SAI DA INSTITUIÇÃO. O SENHOR ACREDITA QUE SE ESSE CRITÉRIO TIVESSE UM PESO MAIOR, AS INSTITUIÇÕES QUE APRESENTARAM BAIXOS ÍNDICES, TERIAM SE SAÍDO MELHOR?
Não creio. O IDD é outro indicador que está na berlinda. Uns contra e outros a favor, mesmo entre os dirigentes das particulares. O IDD deveria permitir à instituições estimar, realmente, quanto um grupo de alunos aprendeu durante o curso, desde o seu ingresso até a diplomação, mas não é o que acontece. As fórmulas engendradas, segundo nota técnica do Inep, são complexas e contraditórias. Ainda mais agora, quando os alunos ingressantes, os matriculados no primeiro ano do curso, responderão apenas as questões de formação geral no Enade. A composição do IGC é uma sopa de siglas e de indicadores ambíguos, que pune ou premia as instituições sem qualquer critério associado à qualidade dos serviços educacionais prestados, à qualidade acadêmico-científica das instituições públicas ou privadas. Somente as fragilidades das instituições particulares são expostas ao publico, pela mídia, num rito autoritário, monótono e anual. As instituições particulares - universidades, centros universitários ou faculdades - são penalizadas pela ausência de políticas e diretrizes da educação superior democráticas, geradas por seus próprios atores, com a participação de seus pares que atuam com denodo nas instituições públicas, federais, estaduais ou municipais. Até quando? Creio que nos próximos quatro anos, a persistir essa não-política da atual gestão do MEC, esses equívocos continuarão a aprofundar as distorções entre o real - as instituições privadas, seus alunos, professores, técnico-administrativos, dirigentes - e o irreal - MEC, seus dirigentes e suas fórmulas mágicas. Todavia, temos esperanças que em seu novo mandato o ministro da Educação, Fernando Haddad, pela experiência colhida anteriormente, tenha condições políticas para aperfeiçoar o atual processo de avaliação que entendemos e defendemos o mesmo por ser indispensável, para não obrigar que o ensino superior particular prepare e forme seus alunos exclusivamente para obterem notas positivas no Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudante) e sim para formar cidadãos.

pós &MBA

MARCELA SOROSINI
marcela.sorosini@folhadirigida.com.br

FGV Management: inscrições abertas para MBAs no Rio

O FGV Management está com inscrições abertas para novas turmas de MBAs, nas unidades Botafogo, Barra e Centro. A pós-graduação em Administração de Empresas terá aulas ministradas nas três unidades e é voltada para recém-formados, em qualquer área de atuação, que desejam empreender ou atuar na carreira executiva, como também para profissionais que queiram retornar ao mercado de trabalho.

Ao final do curso, os estudantes têm a oportunidade de complementar sua formação em universidades do exterior, que são parceiras da Fundação Getulio Vargas. As aulas terão início no dia 17 de março e serão realizadas às quartas e quintas-feiras, das 19 horas às 22h30.

SERVIÇO
Site: http://www.fgv.br/mba-rio/
Telefones: (21) 3799-5900 / (21) 3799-4800 / (21) 3799-5001

Pós em Divulgação da Ciência, da Tecnologia e da Saúde

Até o dia 10 de fevereiro, profissionais de diversas áreas podem se inscrever na pós em Divulgação da Ciência, da Tecnologia e da Saúde. O curso busca oferecer formação profissional e acadêmica para o desenvolvimento da divulgação destas três áreas. A maioria das aulas serão realizadas no campus da Fundação Oswaldo Cruz, em Manguinhos.

A inscrição custa R$50 e os candidatos devem entregar a documentação entre 3 e 10 de fevereiro. O resultado da análise da Carta, do Pré-Projeto e do Currículo será divulgado no dia 18 de fevereiro. Entre os dias 23 e 25 do mesmo mês, acontecerão as entrevistas com o resultado final no dia 28. A previsão é que as aulas tenham início no dia 28 de março.

SERVIÇO
Site: www.museudavida.fiocruz.br/lato
Telefone: (21) 3865-2234.

ESPM oferece pós em Gestão de Negócios

A Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) está com inscrições abertas para a pós-graduação em Gestão de Negócios e Inteligência Competitiva. Os candidatos podem realizar a inscrição no processo seletivo pelo site da instituição. Para concorrer a uma vaga, candidato deve apresentar o diploma de conclusão de curso superior e o currículo, para que sejam analisadas tanto sua formação acadêmica, quanto sua experiência profissional.

Após essa avaliação, será realizada uma entrevista presencial com a Coordenação para que possa conhecer em detalhes o curso e se certificar de que possui o perfil adequado à proposta da pós. O curso tem 360 horas aulas e previsão de 18 meses.

SERVIÇO
Site: www.espm.br
Telefone: (21) 2216-2002.

IFRJ: pós-graduação gratuita em Ensino de Ciências

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) inscreve até o dia 05 de fevereiro para o processo seletivo da Especialização em Ensino de Ciências, com ênfase em Biologia e Química. A pós graduação é uma ótima oportunidade para profissionais em busca de qualificação. São 20 vagas e o curso não cobra mensalidade ou taxa de matrícula. As inscrições podem ser realizadas de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 12 às 18 horas no Campus Maracanã. O edital com todas as informações pode ser consultado na página da instituição, na internet.

SERVIÇO
Site: www.ifrj.edu.br
Telefone: (21) 3978-5929

UCB: inscrições abertas para pós em Musculação

Profissionais formados em Educação Física podem se especializar na pós Musculação, oferecida pela Universidade Castelo Branco (UCB). Com duração de 18 meses, o curso terá aulas ministradas em um sábado e domingo por mês, das 8 às 18 horas. O início das aulas está previsto para o dia 26 de março e, até 20 dias antes do início do curso, a taxa de inscrição custa R$99. Na semana que antecede as aulas, o valor passa para R$135. No primeiro dia de aula, os alunos devem efetuar o pagamento de R$200, referentes à matrícula. O restante do investimento pode ser feito em 16 parcelas de R$233 ou 24 parcelas de R$179.

SERVIÇO
Site: http://pos.castelobranco.br
Telefone: (21) 2406-7700 e 3216-7700

AGENDA

Emprego - A Faculdade Moraes Júnior – Mackenzie Rio está com inscrições abertas para o curso "Empregabilidade: como aumentar a sua", até o dia 18 de fevereiro. O curso é voltado qualquer pessoa que já tenha concluído o ensino médio e tem como objetivo apresentar técnicas para aumentar a chance de empregabilidade e para aqueles que buscam o primeiro emprego. O curso tem carga horária de 20 horas e acontecerá de 19 de março a 16 de abril, aos sábados, em cinco sessões de quatro horas cada. Outras informações: <www.mackenzierio.edu.br> e (21) 2169-8200.

Radiologia - O Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe/Uerj) está com inscrições abertas para os cursos de Mamografia, Tomografia e Ressonância Magnética, todos voltados para técnicos e tecnólogos em Radiologia. Os cursos terão duração de quatro meses, de segunda-feira à sexta-feira, de 18 às 21 horas, e aos sábados, de 8 às 15 horas. Para se inscrever, o candidato deverá apresentar o diploma do curso de tecnólogo ou técnico em Radiologia e pagar a taxa de R$60. As aulas começam no dia 1º de fevereiro. Informações: Serviço de Imagem do Hupe/Uerj (Av. 28 de Setembro, 77, Vila Isabel) ou (21) 2868-8065.

Ciências Contábeis - A Gama Filho realizará, entre os dias 3 e 4 de fevereiro, o "2º Seminário Científico do Curso de Ciências Contábeis". São ofertadas 200 vagas para estudantes de Contabilidade e demais alunos da comunidade acadêmica. Os eventos serão realizados no Campus Piedade e na Unidade Centro-Candelária, das 18h30 à 21h30. A inscrição pode ser feita no local e é gratuita. O certificado custará R$5. Os interessados podem consultar a programação completa e obter informações em: <http://www.ugf.br>.

Direito - A PUC-Rio está com inscrições abertas para a palestra "Crescimento do Mercado Imobiliário: Perspectivas de Investimento, Crescimento Sustentável e Responsabilidade em Face do Cliente, Consumidor", que será realizada no dia 15 de fevereiro. O evento é voltado para empresários, profissionais do Direito, administradores e demais interessados. A palestra acontecerá na Unidade Barra, às 19 horas. As inscrições podem ser feitas até o dia 8 de fevereiro e o investimento será de R$50. Informações: <http://www.oce.puc-rio.br>.

E-mail para esta coluna:
ana.paula@folhadirigida.com.br
Mais informações sobre cursos:
www.folhadirigida.com.br